

OCUPAR, ORGANIZAR, AVANÇAR E VENCER!
Sobre os espaços e as identidades partidárias
(1974-1975)

Eduardo J.M. Camilo

Departamento de Comunicação e Artes
da Universidade da Beira Interior

Neste artigo iremos reflectir sobre de que forma o espaço, na sua dimensão fixa, se assume como um parâmetro fulcral não só na afirmação da identidade dos indivíduos, mas igualmente das instituições sociais e, no âmbito destas, das de índole político-partidária.

Tendo sobretudo por base os estudos de Edward T. Hall sobre a proxémia¹ (por vezes também referida como ‘proxémica’) e por objecto de análise cartazes editados por alguns partidos políticos então emergentes no período pós-revolucionário (1974-1975), começaremos por definir o conceito de ‘território político-partidário’(parte ‘A’) para, a partir dele, inventariar as principais categorias de territorialidade partidária (secção ‘a1’) e algumas especificidades que estão subjacentes à sua dimensão institucional (‘a2’).

A- Sobre a territorialidade político-partidária

O espaço é uma das diversas variáveis que contribuem para a afirmação e a consolidação de uma singularidade ou de uma identidade político-partidária. Por ‘espaço’, entendemos um ‘local político-institucional’, que pode ser real ou idealizado, mas que

se assume sempre como um facto cultural, em referência ao qual uma instituição político-partidária desenvolve uma determinada acção, persegue um determinado objectivo e, por inerência, adquire uma certa personalidade. Defendemos a opinião de que o 'local político-institucional' pode ser um factor tão importante na identidade e na identificação de um partido político que este pode ser reconhecido pela sociedade política apenas pela particularidade de apresentar uma postura de defesa ou de conquista desse mesmo espaço de referência.

Nesta conceptualização da 'territorialidade político-partidária', fundamentamo-nos em duas fontes de informação distintas: por um lado, no Antigo Testamento, com especial destaque para o Génesis, para demonstrar como o espaço, neste caso um espaço abençoado, assume uma importância fundamental na identidade e no destino de um povo e na maneira como ele se vê a si próprio e aos outros e, por outro, nos estudos de Edward T. Hall sobre a proxémia e, no âmbito desta, em relação ao espaço fixo.

É no Antigo Testamento que a questão da terra (e da localização do Templo) assume especial importância na identidade de um povo consagrado por Deus. A bênção de Deus a Abrão, em relação à qual todos os seus descendentes adquirem uma determinada identidade ("Farei de ti um grande povo, abençoar-te-ei, engrandecerei o teu nome e serás uma fonte de bênçãos" - Gn 12,2), tem sempre um espaço de referência: "O SENHOR disse a Abrão: «Deixa a tua terra, a tua família e casa do teu pai e vai para a terra que Eu te indicar (...).» Abrão partiu como o SENHOR lhe dissera, levando consigo Lot (...). Tomou Sarai, sua mulher e Lot, filho do seu irmão, assim como todos os bens que possuíam e os escravos que tinham adquirido em Haran, e partiram todos para a terra de Canaã, e chegaram à terra de Canaã. (...) O SENHOR apareceu a Abrão e disse-lhe: Darei esta terra à tua descendência». E Abrão construiu ali um altar ao SENHOR que lhe tinha

aparecido.” (Gn 12, 1.4-5.7). Esta particularidade do altar poderá ser encarada como uma marca significativa não só de um acontecimento (a aparição de Deus), mas também de uma situação de pertença. Sancionado por uma marca (metonímica da instituição de um *regere fines*, isto é, do estabelecimento de fronteiras), o espaço já não é um lugar qualquer; de agora em diante, é um território, que determinará a identidade de um povo ao longo de gerações, identidade essa que se encontra intimamente associada à experiência mística com Deus. De acrescentar complementarmente que, em termos etológicos, a questão do espaço fixo, que se encontra associada à identidade de uma espécie, designa-se por território. Por sua vez, a territorialidade é o “comportamento característico adoptado por um organismo para tomar posse de um território, defendendo-o contra os elementos da sua própria espécie”².

A importância da espacialidade e da territorialidade na afirmação simbólica de um povo e no âmbito da sobrevivência de uma espécie, conduz-nos à formulação da hipótese sobre a eventualidade destas realidades serem também essenciais na afirmação e na implantação das instituições sociais, nomeadamente das instituições político-partidárias. Será que a identidade de um partido político não se definirá a partir de um espaço que considera de pertença ou de referência, entre outros parâmetros? Em caso afirmativo, será lícito classificar certos fenómenos político-partidários, como as fusões e os reposicionamentos partidários, tão frequentes no período pós revolucionário, como sendo uma forma de expressão de mutações identitárias resultantes de situações de ‘sobreposição’ e de ‘invasão’ de territórios partidários? É precisamente na formulação desta hipótese que os estudos de Edward T. Hall se assumem como uma referência incontornável. A confirmarem-se essas situações de ‘sobreposição’ e de ‘invasão’, elas podem ser ponderadas como

uma espécie de ajustes identitários inerentes a um ‘superpovoamento’ do espectro partidário, fazendo-nos, então, lembrar algumas das preocupações do autor a propósito do desleixo patente no planeamento urbanístico das cidades e na edificação das habitações, que se traduz num mal estar generalizado e insinuante associado à emergência de uma conflitualidade, de um estado de infelicidade, de opressão e de desencanto sempre com o risco de degenerar numa revolta catártica. Embora Hall não seja explícito relativamente a este aspecto, apercebemo-nos que os fenómenos do superpovoamento territorial das cidades encontram o seu fundamento biológico nas situações de *stress* e de «cloaca» comportamental protagonizadas por algumas comunidades de animais em ocasiões de excesso populacional sobre um território de referência, no âmbito de certas experiências de teor etológico efectuadas na década de 50 do século passado. A este propósito, confirmam-se os estudos de John Christian sobre a crise de mortalidade na ilha de James e de John Calhoun a propósito do comportamento social dos ratos brancos da Noruega³.

Ao espaço de referência que contribui para a identidade e a identificação de uma instituição político-partidária designamos por ‘território político-partidário’. Trata-se de um espaço que é, na sua essência, político-institucionalizado, isto é, delimitado institucionalmente, tal como Canaã de Abrão é um espaço teológico, abençoado por Deus e demarcado monumentalmente por um altar. Acontece que, enquanto Canaã (e, de uma forma geral, todo o território biológico) apresenta uma espessura espacial palpável, reconhecível (é uma realidade geográfica) - não é só uma Terra Prometida, como uma terra ocupada- o ‘território político-partidário’ pode não ser mais do que um produto institucionalmente conceptualizado. Neste caso, tende a adquirir uma especificidade utópica. Transitamos para o interessante domínio do imaginário partidário, isto é, de uma intelectualização

político-institucional sobre uma ocupação alternativa do espaço de intervenção e influência partidárias. Sobre este assunto defendemos a tese de que esta conceptualização da ocupação do espaço é tão importante para a identidade e a identificação de uma instituição partidária que se pretende afirmar no campo político, como quando ele assume uma especificidade mais concreta por intermédio de uma dimensão geográfica e topológica. Passamos a caracterizar o que entendemos por ‘território político-partidário utópico’, tendo por base as lições de Paul Ricoeur sobre a ideologia e a utopia e, no âmbito destas, sobre a noção de utopia de Karl Mannheim⁴.

A dimensão utópica do território político-partidário apresenta três características relevantes que passarão a ser analisadas seguidamente: a) é uma construção conceptual incongruente, no sentido de ser transcendente e futurista, ainda destituída de uma dimensão geográfica e topológica; b) apresenta um fundamento intimamente associado à posição ocupada por uma instituição partidária na hierarquia e na estrutura do campo político e, c), deverá ser concebida como fazendo parte de uma determinada cultura, de uma certa mentalidade político-partidária que se assume como incompatível com a que se encontra então existente ou vigente.

a- A dimensão incongruente do território utópico

Uma interessante característica do território político-partidário imaginado, relaciona-se com o facto dele se assumir como um projecto político-institucional de ocupação, apresentando uma dimensão futurista e a particularidade de se assumir como deslocado e alternativo aos que apresentam uma ‘espessura’ real. É, nesta perspectiva, que assenta a sua dimensão incongruente e transcendente⁵. Efectivamente, ele encontra-se para lá dos espaços de referência das outras instituições partidárias,

assumindo-se, essencialmente, como um projecto diferente de ocupação e de influência partidária, intimamente associado à afirmação institucional de um novo partido político. O facto de o território político-partidário imaginado se assumir como um projecto alternativo de ocupação, implica que nunca seja encarado com um simples espaço de evasão. Pelo contrário, é um território virtual que só é utópico enquanto for encarado como institucionalmente ocupável (de outro modo, faz parte apenas de um desejo escapista de todos aqueles que andam à procura da sua ‘ilha deserta’). Tal particularidade determina que, do ponto de vista discursivo, este espaço seja concebido como sendo um local de antecipação de uma intervenção partidária, local esse que é precisamente o nicho onde se vai gerar uma singularidade político-institucional. Sobre este assunto, confira-se o seguinte extracto de um programa da FUR – Frente de Unidade Revolucionária - redigido em 1975⁶, no qual são perceptíveis as marcas de uma concepção globalizante do território de actuação que contrasta com a territorialidade de intervenção e de influência de algumas forças partidárias, relativamente circunscrita aos órgãos que integram a estrutura do campo político daquela época (é o caso, por exemplo, do Conselho da Revolução, do Governo, da Assembleia Constituinte ou da Presidência da República):

FUR

Por uma FRENTE de UNIDADE REVOLUCIONÁRIA

- 1- A organização da sua autodefesa, em particular, através dos órgãos de Poder Popular, face aos ataques armados da reacção capitalista.
- 2- A luta pelo total saneamento dos fascistas e

dos sociais-democratas golpistas das Forças Armadas.

3- A luta pela total liberdade de reunião e organização dos soldados e marinheiros única forma das ADU's serem realmente representativas, democráticas e revolucionárias.

(...)

5- A luta pela criação de Tribunais Populares capazes de exercerem sobre os contra-revolucionários a justiça de classe dos explorados e oprimidos.

6 - A luta contra o poder dos grupos económicos ainda existentes, pela nacionalização sem indemnizações e sob o controle dos trabalhadores das grandes empresas industriais e agrícolas, dos bancos e companhias estrangeiras no caminho para apropriação colectiva dos meios de produção.

7- A luta pela generalização do controle operário sobre a produção e pelo controle organizado do povo trabalhador sobre toda a economia.

8- A luta pelo aprofundamento e generalização da reforma agrária que satisfaça as necessidades e aspirações dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios camponeses organizados nos seus órgãos de Poder Popular, nomeadamente os Conselhos de Aldeia.(...)

13- A exigência da dissolução da Assembleia Constituinte e a denúncia do seu carácter burguês.

14- A luta pela constituição de um Governo de Unidade Revolucionária.

Em termos iconográficos, esta concepção imaginada da territorialidade partidária ainda é mais evidente, sendo sugestiva de toda uma concepção alternativa de um cosmos partidário no âmbito do qual a instituição político-partidária desempenha um papel central. Durante a recolha de exemplares para este trabalho, descobrimos um interessante cartaz da UDP que é suficientemente elucidativo deste ideia (figura nº 1). Trata-se de um *poster* ilustrativo de uma autêntica concepção político-partidária do mundo dominado pela classe trabalhadora, um mundo em permanente movimento (precisaríamos mais exactamente, ‘de um mundo do povo em constante produção’), intimamente associado à “luta contra o fascismo e o imperialismo no âmbito do qual todos temos a obrigação de impulsionar e organizar”⁷;

b) A expressão de uma posição em relação à hierarquia e à estrutura do campo político

Poderemos considerar que a dimensão utópica do território político-partidário corresponde a um conceito de institucionalização territorial que ainda se encontra por realizar. Todavia, não será de grande utilidade ponderar sobre este conceito isoladamente, sem o correlacionar com um projecto de análise mais amplo que incida em fenómenos relacionados com a posição da instituição político-partidária na estrutura do campo político. Na realidade, a incongruência entre a territorialidade virtual e as territorialidades reais (em torno das quais se produz um discurso de natureza ideológica), mais não revela do que a pretensão de afirmação de uma identidade político-partidária que se faz por contraste ou por oposição com a identidade e os lugares efectivamente ocupados na estrutura do campo político pelas

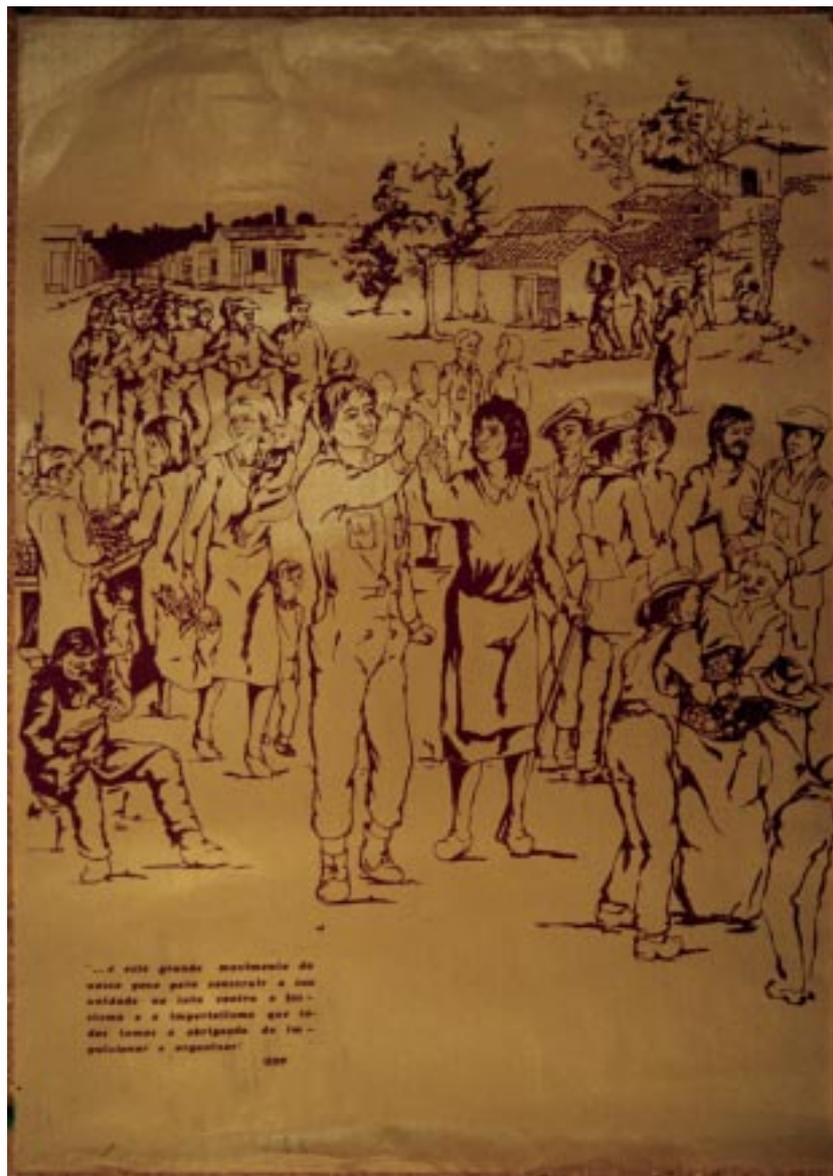


Fig. 1

A representação iconográfica de um território político-partidário utópico - o caso da UDP. Neste cartaz, a especificidade utópica não deverá ser reconhecida exclusivamente a partir da imagem em si, mas tendo por base o texto que a objectiva. Efectivamente, a frase “...é este o grande movimento do nosso povo para construir a sua unidade na luta contra o fascismo e o imperialismo que temos a obrigação de impulsionar e de organizar” (o sublinhado é nosso), atribui à representação o estatuto de uma imagem de antecipação que pode ser formalizada da seguinte maneira: situação futura ‘Q’ de ‘P’, em que ‘Q’ corresponde à unidade do povo na luta contra o fascismo e o imperialismo, retratado num determinado território de referência, e ‘P’ remete para o povo em si, entendido como um sujeito político com competência para desenvolver uma determinada *performance* (a de se movimentar), não obstante o facto dela ser institucionalmente impulsionada e organizada.

UDP .. *é este grande movimento do nosso povo/UDP.* S.l., UDP, s.d, Offset, 71x49cm.
União Democrática Popular.

outras instituições partidárias. Salientamos, porém, que este contraste ou esta oposição não remete para expectativas e para estratégias que têm por função conquistar a posição ocupada por outras instituições partidárias na estrutura do campo político. Se assim fosse, tal fenómeno inseria-se nas tais situações de superpovoamento do espectro partidário anteriormente referidas. O que está em questão não é uma simples mutação de posições na estrutura hierárquica do campo político, mas a completa reestruturação do próprio campo político, sendo precisamente neste pressuposto que reside a dimensão revolucionária da territorialidade utópica.

c) *Expressão de uma cultura político-partidária incompatível com a dominante.*

Esta característica da territorialidade partidária de natureza utópica é decorrente da anterior. O espaço virtual também não deverá ser percebido unicamente como um conjunto limitado de concepções territoriais que determinam a configuração de um domínio de intervenção partidária. Muito menos como uma simples concepção político-institucional do mundo. Deverá, em contrapartida, ser ponderado como fazendo parte de uma certa mentalidade, entendida como uma configuração genérica e ampla de ideias e ideais, uma autêntica doutrina, uma gama de pensamentos e de sentimentos político-partidários. É precisamente esta gama que está implicada em todos os sectores de actividade partidária, incluindo aqueles que estão directamente relacionados com uma concepção específica de territorialidade.

a1 – Categorias de territorialidade

Tendo por base alguns cartazes editados por partidos políticos no período decorrente entre o 25 de Abril de 1974 e o ano de 1975, passamos a inventariar e a caracterizar algumas

configurações territoriais de natureza político-partidária. Antes disso, é necessário, porém, formular duas considerações:

1^a - Trata-se de uma consideração que incide sobre a especificidade desta territorialidade. Independentemente dela apresentar uma dimensão real ou utópica, esta territorialidade assume-se como um espaço fixo. Por espaço fixo, concebemos um espaço de organização estável⁸, assumindo-se como um dos quadros fundamentais da actividade político-partidária. Trata-se de um espaço que não só compreende uma dimensão material (que pode conceber-se como uma espécie de ‘cenário’ onde ocorre um conjunto específico de interacções político-partidárias), como é, simultaneamente, um facto de cultura político-partidária intimamente relacionado com a identidade, a personalidade da instituição⁹. Nesta perspectiva, a conceptualização do espaço fixo está associada a uma axiologia de valores político-partidários relativos a uma certa concepção do mundo e à posição (e intervenção) que o sujeito político-partidário (já não o cidadão, mas o militante) deverá assumir nele;

2^a- Numa perspectiva discursiva, a territorialidade político-partidária, independentemente da configuração que pode apresentar (dimensão fixa, semi-fixa ou informal), assume-se como um sentido que tanto pode ser significado por imagens, como por intermédio de palavras. Esta particularidade está relacionada com a especificidade do cartaz, que é um meio de comunicação que veicula mensagens através de três matérias expressivas distintas: de natureza verbal, iconográfica e gráfica.

a1.1 – Tipos mais frequentes de territorialidade: o mundo do trabalho e o mundo da indigência

Independentemente das matérias expressivas pelas quais a territorialidade partidária é veiculada (palavras ou imagens), facilmente descortinamos a exploração exaustiva de dois tipos de

espaço fixo que, de agora em diante, designaremos por ‘mundos político-partidários’: a) o mundo do trabalho e, b), o mundo da indigência.

a- O mundo do trabalho

Este é o espaço fixo mais frequentemente explorado pelas instituições partidárias no período imediatamente posterior ao pós 25 de Abril (figura nº 2). Poderá ser caracterizado numa perspectiva restrita ou mais ampla. Numa perspectiva restrita, o mundo do trabalho é um espaço estritamente associado a determinados sectores de produção. A identidade político-partidária das instituições políticas vai-se consolidando conforme se desenvolve a partir de um local exclusivamente relacionado com um determinado sector laboral: a fábrica no respeitante à indústria, a seara em relação à agricultura, a doca ou a traineira relativamente à pesca, etc.¹⁰. Esta dimensão restrita e parcelar do mundo do trabalho não foi frequentemente explorada pelas instituições político-partidárias. Efectivamente, consideramos que no nosso País, ela se encontra relacionada sobretudo com a afirmação da identidade de outras instituições sociais, como é o caso, concretamente, dos sindicatos. Pensamos que esta particularidade poderá estar relacionada com o facto de a instituição partidária pretender instituir uma base alargada de representatividade. Nesta perspectiva, o partido procura assumir-se como sendo o representante dos interesses da globalidade dos trabalhadores (PCP: “O Partido dos trabalhadores e da resistência anti-fascista”¹¹) e não apenas de alguns pertencentes a um determinado sector produtivo, esforçando-se por instituir uma interessante sobreposição da sociedade política com a sociedade laboral. Esta característica é relevante, pois é indiciática, por sua vez, de uma vocação política baseada nos valores do trabalho: o acesso ao exercício político-partidário, coincide com o acesso ao

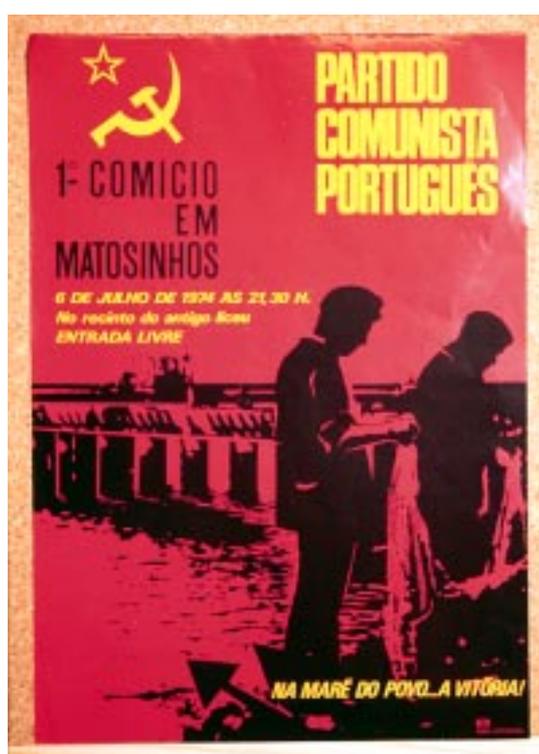
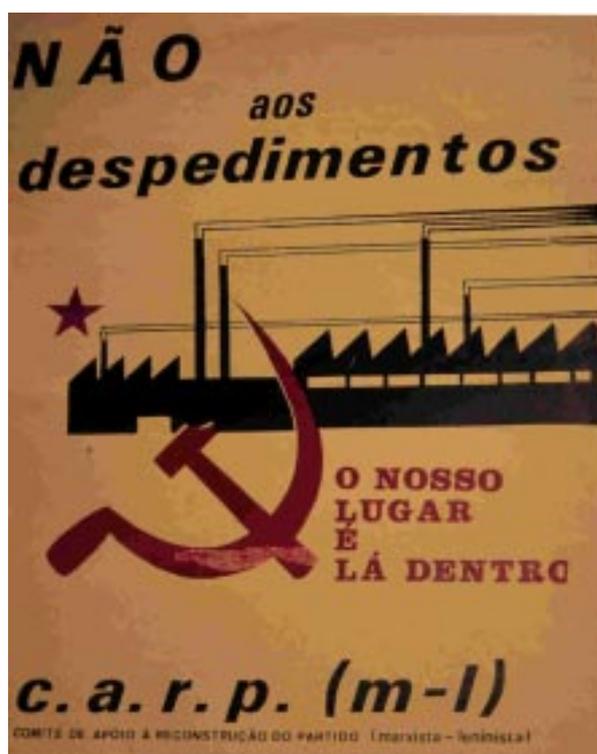


Fig.2
O mundo do trabalho político-partidarizado nas suas mais variadas vertentes (agricultura, indústria, pesca).

PCP - *PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS/ COMÍCIO / TORRES VEDRAS*. S.L., PCP, 1975, Offset, 50x70cm. Centro de Documentação 25 de Abril.

CARP (ML) - *NÃO aos despedimentos/ O NOSSO LUGAR É LÁ DENTRO*. S.L., CARP (ML), 1975, 30x21cm. União Democrática Popular.

PCP - *1º COMÍCIO EM MATOSINHOS/ PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.L., PCP, 1974, Offset, 47x33cm. Centro de Documentação 25 de Abril.

mundo do trabalho. Não é possível conceber um militante, sem o conceber como um trabalhador. Mais à frente desenvolveremos mais detalhadamente esta ideia.

Temos vindo a salientar o facto de a representação da identidade das instituições partidárias assentar numa concepção do mundo do trabalho que é ampla, não restrita a determinados sectores de produção. Este mundo do trabalho apresenta sempre a mesma característica: é um mundo político-partidarizado. Em termos discursivos e numa perspectiva estritamente iconográfica, esta partidarização é facilmente visível no cartaz político, a partir da interacção de determinados signos significativos da identidade do partido (signos de identidade: designação verbal da identidade do partido, por extenso ou por sigla, símbolo ou logotipo) com a representação do mundo do trabalho. Ora esta interacção, que deverá ser entendida como fazendo parte de um processo de objectivação institucional (sendo considerada como uma espécie de 'intelectualização institucional' dos sentidos transmitidos pelas imagens), apresenta uma dimensão gradual. O primeiro nível de objectivação institucional caracteriza-se por uma simples justaposição no manifesto cartazístico dos signos de identidade institucional com os que são significativos de uma expressão territorial (figura nº 3); no segundo nível constata-se uma inscrição dos signos de identidade na própria representação iconográfica. Esta inscrição poderá ser dissimulada (os signos de identidade encontram-se manipulados de forma a serem simultaneamente reconhecidos quer como elementos iconográficos inerentes à representação do espaço, quer como marcas de identificação partidária) ou ostensiva. Neste último caso, os signos de identidade encontram-se sobrepostos na imagem representativa do espaço do trabalho, à semelhança de um carimbo político-partidário (figura nº 4). O nível máximo de objectivação institucional descortina-se em todas as situações em



Fig. 3
Situação de justaposição dos signos de identidade institucional em relação à representação iconográfica do mundo do trabalho.

PCP - *COMÍCIO em MOSCAVIDE*/ *PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.l., PCP, 1975, Offset, 65x46cm. Comissão Nacional de Eleições.



Fig. 4
Situações de sobreposição – ostensiva (à esquerda) ou dissimulada (à direita) - dos signos de identidade no espaço de representação.

PCP/GAGEIRO, Eduardo - *COMÍCIO EM SACA VÉM COM ÁLVARO CUNHAL/ PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.l., PCP, 1975, Offset, 47x33cm. Centro de Documentação 25 de Abril.

PCP - *COMÍCIO EM OLHÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.l. PCP, s.d., Offset. Centro de Documentação 25 de Abril.



Fig. 5
Situação de coincidência entre a significação de uma identidade político-partidária e a evocação de um mundo laboral.

PPD - PORTUGUÊS! TRABALHADOR! / PPD. S.l., PPD, [1975], Offset, 30x22cm.
Câmara Municipal de Lisboa.



Fig. 6
Dois exemplares da colecção “Queremos Responder” do CDS. A representação do espaço da indigência (a rua) como categoria simétrica à do espaço relativo ao mundo do trabalho (a fábrica).

CDS - *QUEREMOS RESPONDER/ CDS/ (deficiente)*. S.l., CDS, 1975, Offset, 98x67cm. Comissão Nacional de Eleições.

CDS - *QUEREMOS RESPONDER/ CDS/ (mendiga)*. S.l., CDS, 1975, Offset, 98x67cm. Comissão Nacional de Eleições.

que se constata uma total coincidência do mundo do trabalho e da produção com o da significação de uma identidade político-partidária (figura nº 5). É neste nível absoluto que descortinamos, finalmente, a correlação entre territorialidade e identidade. O espaço do trabalho é o espaço do partido e a própria produção corresponderá, inevitavelmente a uma dinâmica de partidarização.

Para terminar este assunto: nos cartazes, o mundo do trabalho pode ser sugerido indirectamente através do adereço. Por vezes, a ferramenta, mas também a farda (o fato de macaco, a bata, o avental ou, até mesmo o capacete e o boné) constituem-se como adereços metonímicos do trabalhador (o ‘oficial’) e do sítio onde trabalha (a oficina).

b - O mundo da indigência

A evocação deste território não é tão frequente estatisticamente como o relativo à categoria anterior, se tivermos por referência o período de análise (1974-1975). Efectivamente, descortinámo-lo apenas a partir de uma série de cartazes (coleção “Queremos responder”) editados pelo CDS – Centro Democrático Social (figura nº 6). Independentemente deste facto, os cartazes ilustrativos desta categoria são de extrema importância pois são evocativos de uma identidade político-partidária que se encontra actualmente banalizada: o partido político concebido como entidade prestadora de serviços.

Ao contrário do mundo do trabalho, centrado no arquétipo da fábrica, o da indigência reporta-se a outros locais: à rua, por onde se arrasta o deficiente e o doente, expondo as suas chagas num espectáculo de horror e piedade; ao adro da igreja, onde se espoja o pedinte na ladainha pela caridade; à taberna, onde o esfomeado bebe a malga. Na representação destes espaços insinua-se um apoliticismo, facilmente visível pelo tipo de actores sociais que o

ocupam: os fracos, os derrotados pela vida, os pobres. Esta questão do pobre e do apoliticismo que lhe está associado, faz-nos lembrar uma das mitologias analisadas por Roland Barthes, a mitologia de “O pobre e o proletário”¹² que incide sobre o Charlot enquanto arquétipo do indigente e do vagabundo. Na cinematografia de Charlie Chaplin, o pobre não é mais do que um proletário mistificado, “definido pela natureza imediata das suas necessidades e a sua alienação total nas mãos dos seus senhores”¹³. Basicamente, é um homem enfraquecido pela fome e pelo destino. Como se encontra esfomeado, ele encontra-se abaixo de uma consciência política que lhe possibilite não só perceber as causas subjacentes à sua situação, como também lutar pela sua alteração. Aquilo por que mais anseia é por comida, casa, cama e roupa lavada. Eis a razão que leva Barthes a considerar que o pobre e o proletário (que não é mais do que um pobre com a diferença de apresentar uma consciência política da sua situação social) só se encontram por acaso¹⁴ ou debaixo do olhar e das pancadas da polícia.

O mundo da indigência é, portanto, um mundo destituído da sua dimensão política e social. É, por isso, um território naturalizado ideologicamente. Certamente, que é um espaço sórdido, aspecto que as actuais campanhas políticas têm sabido explorar cada vez mais exageradamente numa dinâmica pautada pelo excesso espectacular. Actualmente, se a representação da barraca permanece, tudo o resto se intensifica numa reificação do feio: na figuração do alienado, o bêbado dá lugar ao toxicodependente na rua ou na lixeira; na do pedinte, o deficiente dá lugar ao doente na teatralidade das suas chagas; na do sub-alimentado, a taberna é substituída pelo contentor do lixo, o vinho e a malga pelo desperdício (figura nº 7). O espectáculo do sofrimento entra-nos pelos olhos num teatro de horrores. Mas o que é este espectáculo? É simplesmente a expressão da dor sob a



Fig7

A exploração contemporânea do mundo da indigência. Alguns cartazes da campanha “O Evangelho tem resposta” do Partido da Gente. Salientamos a particularidade de o adereço poder ser um recurso estilístico utilizado não só para evocar metonimicamente o necessitado, mas, igualmente, o espaço onde (sobre)vive.

PG – *O EVANGELHO TEM RESPOSTA/(TOXICODPENDENTE)*. S.l., PG, 1995, Offset. Comissão Nacional de Eleições.

PG – *O EVANGELHO TEM RESPOSTA/(CONTENTORES DE LIXO)*. S.l., PG, 1995, Offset. Comissão Nacional de Eleições.

forma da necessidade premente, mas com a particularidade de nela se encontrar excluída qualquer razão sócio-política. Como não são apresentados motivos inerentes às necessidades e aos problemas (mas apenas causas técnicas), é como se não existisse uma contextualização deste subdesenvolvimento, estando, então, excluída qualquer possibilidade de debate, de luta, de resistência. A representação do mendigo e do espaço da indignação onde ele se insere, assumem-se, então, como puras fatalidades.

Obviamente, que esta concepção do espaço de influência e de intervenção partidária origina consequências decisivas na configuração e na especificidade da identidade da instituição partidária que em relação a ele se posiciona. Destituída de uma dimensão política, porque assume como seu um local que se encontra previamente despolitizado, a identidade do partido político passa a fundamentar-se em estritos critérios de eficácia técnica, adquirindo, por inerência, uma dimensão burocrática. Com competência para identificar espaços (nichos) e segmentos de necessidades, a sua legitimidade, a sua consagração enquanto instituição político-partidária, é medida apenas a partir do hiato, sempre existente, entre expectativas, interesses e conveniências e soluções mais ou menos adequadas.

a2 – Especificidades institucionais inerentes ao ‘território político-partidário’

Tendo estritamente por objecto de estudo o mundo do trabalho e já não o mundo da indignação (por considerarmos este último como pertencente a uma categoria atípica da territorialidade político-partidária inerente ao período de análise), passamos a apresentar algumas particularidades de natureza institucional que lhe estão subjacentes. Tais particularidades deverão ser ponderadas por referência a três domínios distintos: a) o da temporalidade partidária; b) o da pertença e da exclusão política

e, c), o da refuncionalização da técnica.

a- O domínio da temporalidade partidária: o instante decisivo

A representação do mundo do trabalho está intimamente associada a uma concepção do tempo baseada, sobretudo, no culto do presente. Esta actualidade, precisaríamos mais concretamente, esta instantaneidade, está relacionada com o culto de um momento decisivo – aquele que corresponde ao instante determinante da apropriação do mundo do trabalho pelo partido político, momento inaugural da formação da sua própria identidade no âmbito de um processo de espacialização do tempo. Daí considerarmos o mundo do trabalho como sendo o lugar onde se concretiza o ápice de uma transformação institucional. Mas, em que é que se caracteriza tal instante? Apenas na imposição de uma ordem político-institucional que não é propriamente ditada por parâmetros que são intrínsecos ao mundo do trabalho, isto é, especificamente associados aos regimes da produção e do consumo. No cartaz político, onde são mais evidentes os contornos desta temporalidade de imposição de uma institucionalidade partidária é na expressão iconográfica do adereço e do gesto.

O momento da partidarização do mundo do trabalho é acompanhado pela imposição de adereços políticos ou político-partidários que são estruturalmente estranhos ao espaço do trabalho. É o caso, por exemplo, da arma ou da bandeira identificativa do partido ou do quadrante ideológico no qual se integra, que substitui, abruptamente, a sinalética típica do trabalho: identidades corporativas, signos visuais relacionados com a higiene e a segurança no trabalho, etc. (figura nº 8). Em complemento, constata-se a omnipresença de uma gestualidade que já nada tem a ver com os movimentos, totalmente padronizados, racionalizados, etc. do mundo da produção e que estão associados à utilização eficaz das máquinas e das

ferramentas (sobre este aspecto confira-se, novamente, o filme “Os Tempos Modernos” de Charlie Chaplin). Mesmo em relação a estas últimas, verificamos uma interessante refuncionalização: o martelo deixa de servir para martelar, a foice para ceifar, passando a serem explorados como estandartes de identificação partidária ou como armas de ataque ou de defesa no âmbito de lutas políticas (figura nº 9).

A temática da representação iconográfica da gestualidade assume especial importância na representação desta temporalidade de transformação espacial. Antes de mais, introduz uma interessante dimensão narrativa no discurso do cartaz. Considerando o gesto como um movimento anatómico, a sua representação, por intermédio de uma imagem fixa, terá, necessariamente, de ser sinedocalmente evocativa de um momento anterior e de um momento posterior (isto é, de uma transformação intencional de uma configuração física, apresentando um determinado valor significativo) que, no seu conjunto, constituem o gesto na sua totalidade. Caso contrário, essa imagem não deverá ser interpretada como a representação de um gesto, mas simplesmente de uma pose. Ora, a própria essência do discurso narrativo assenta na noção de acontecimento caracterizado por uma transformação, “uma passagem de um estado S a um estado S’ ”¹⁵. Paralelamente, a imagem deste gesto está investida de uma importância, relativamente visível na forma como os elementos do corpo que o concretizam se encontram iconograficamente hiperbolizados. Este pormenor é relevante por ser indiciático não só de uma teatralidade político-partidária, mas igualmente de uma ênfase de uma gestualidade que é evocativa do tal instante decisivo, o segundo relativo ao ápice de afirmação de uma identidade partidária a partir da institucionalização do mundo do trabalho.

Verificamos, portanto, uma sistemática valorização da



Fig.8
Armas e bandeiras: a partidariação do espaço do trabalho a partir de adereços que lhe são estranhos.

MRPP - VIVAM OS ÓRGÃOS DA VONTADE POPULAR/MRPP. S.L., MRPP, 1975, Offset, 85x61cm. Comissão Nacional de Eleições.

MRPP - COMICIO/SETUBAL/ MRPP. S.L., MRPP, 1975, Offset, 68x49cm. Comissão Nacional de Eleições.

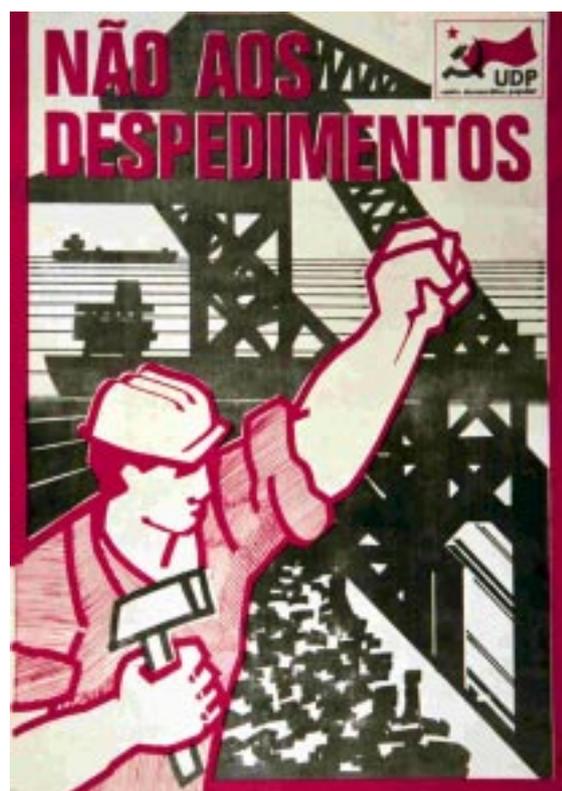


Fig.9
Sobre a refuncionalização político-partidária das ferramentas.

MRPP - ... *O TEMPO É DE GUERRA MAS O HORIZONTE É VERMELHO*/ MRPP.
S.l., MRPP, 1974-1975, Offset, 48x68cm. Centro de Documentação 25 de Abril.
LCI - *1º Maio*/ *CONTRA O CAPITAL* / *GOVERNO DOS TRABALHADORES*/ *LCI*.
S.l., LCI, 1975, Serigrafia, 35x34cm. Partido Socialista Revolucionário.
UDP - *NÃO AOS DESPEDIMENTOS*/ *UDP*. S.l., UDP, [1975], Offset, 40x29cm.
Comissão Nacional de Eleições.

representação do instante que faz toda a diferença, não somente através da recorrência à gestualidade, mas igualmente por certos procedimentos de representação iconográfica em relação aos quais o mais recorrente consiste na exploração de desequilíbrios nas proporções, valorizando-se as partes do corpo que concretizam o gesto decisivo em detrimento de outras. Ora, é precisamente por referência a estes aspectos que pensamos ter descoberto um contraste com uma certa concepção de temporalidade do Estado Novo, pelo menos daquela que se encontra subjacente ao Portugal dos Pequenitos (P.P)¹⁶. Considerando que o P.P. constitui uma imagem particular do mundo, a própria figuração objectal da ideologia presente à época da sua construção (finais da década de 30), Maria Augusta Babo escreve, a propósito da configuração do espaço urbano, que esta é simplesmente a de um espaço de um passado onde, certamente existem “cidades, mas a ideia destas é imperfeita porque se reduz à memória desta, sem qualquer dimensão vivencial”¹⁷. É, portanto, a configuração de um passado ‘esclerosado’ e ‘endurecido’. Certamente que esta característica do esvaziamento também se encontra no caso da partidarização do mundo do trabalho, em que a dimensão produtiva se reduz a um simples arquétipo de referência que contribui para a consolidação de uma singularidade institucional. A grande diferença encontra-se somente no estágio de todo este processo de apropriação e de manipulação. Efectivamente, se no P.P. a cidade já é só uma pura espacialização do tempo que passou, estando reduzida a uma mera dimensão monumental (que se pretende respeitada, cultivada, lembrada, portanto, com um potencial ritual), nos cartazes do pós 25 de Abril, tal espacialização temporal ainda se encontra em processo de formação.

b- O domínio da pertença e da exclusão: o ‘nós’ e os ‘outros’

O culto de uma temporalidade baseada numa espécie de ‘presente

do indicativo', na exploração exaustiva de uma instantaneidade, que é, precisamente, a dimensão temporal da institucionalização do espaço do trabalho, conduz, inevitavelmente, a uma naturalização deste território. Assumindo-se apenas como parâmetro de referência, este espaço rapidamente é destituído das suas características e valores originais para passar a ser um palco onde se jogam fenómenos de pertença e exclusão político-partidária. Antes de mais, a actividade laboral deixa de ser encarada como um fazer transformador em torno das esferas da produção e do consumo. Em contrapartida, transforma-se numa actividade político-partidária que, não obstante ter essas esferas como modelos, não deixa de ser uma *praxis* político-institucionalmente mediada. Neste aspecto, assistimos a uma espécie de politização partidária dos vários sectores da economia. Por exemplo, se na agricultura o PCP *preconiza* uma certa Reforma Agrária¹⁸, o PPD remata que a Reforma Agrária deverá ser apenas a expressão da vontade de todo o povo e não o produto das manipulações de qualquer partido¹⁹, esquecendo-se que aquilo que propõe a propósito desta temática é o próprio resultado de uma posição partidária²⁰. Em relação a esta problemática, salientamos a questão do estatuto do trabalhador. Deixando de ser avaliado em relação à sua competência técnico-profissional, ele é, cada vez mais, concebido como um militante político-partidário. Isto significa que fenómenos sociais e laborais com os do emprego e do desemprego, da carreira, da distribuição dos recursos, etc., passam a ser articulados num eixo eminentemente político-institucional. Ora, é precisamente em torno deste eixo que, progressivamente, se referenciam os fenómenos da pertença e da exclusão político-partidária. O acesso ao mundo do trabalho confunde-se com a entrada no mundo da política, mais concretamente, num certo território político-partidário. Simultaneamente, a vocação política reduz-se a uma vivência da

política²¹ associada a um funcionalismo e a uma especialização partidárias, tal como acontece no mundo do trabalho. Até parece que o exercício partidário se confunde com o desempenho de um ofício, de uma actividade profissional. É curioso verificar que a representação dos excluídos da actividade política nos cartazes partidários (concretamente, os jovens, as crianças e as mulheres enquanto mães e esposas²²) são precisamente os que se encontram fora da esfera da produção. Trata-se, porém, somente de uma exclusão provisória, conjuntural, que se alterará logo que as condições o permitirem (idade, habilitações, situação familiar). Em compensação, a exclusão estrutural incide naqueles que não merecem ou não são dignos - numa decisão sumária deliberada por uma espécie de plenário partidário – de integrar a esfera do mundo do trabalho que é, precisamente, onde se situa a actividade política e onde se começa a gerar uma forma de comunidade partidária²³. Emerge aqui uma oposição entre um ‘nós’ partidário e os ‘outros’ (os voluntariamente excluídos) que, nalguns cartazes, se encontram claramente identificados: é, por exemplo, o “monopolista, o latifundiário, o colonialista, o inimigo da liberdade, o inimigo do progresso”, enfim os parasitas²⁴, mas também os burgueses, os americanos, os outros partidos políticos, como o PPD, e certos actores políticos individualizados, como o General Spínola²⁵. A oposição entre emprego vs desemprego, típica de um contexto estritamente produtivo, é, então, transformada numa oposição entre militância (integração) vs interdição (exclusão) que só tem cabimento num contexto político-partidário de afirmação e de consolidação de uma identidade institucional.

c- O domínio da institucionalização da técnica: das ferramentas para as armas

Este domínio faz-se sentir, sobretudo, na refuncionalização das

ferramentas de trabalho e nos procedimentos técnicos que lhes estão tradicionalmente associados.

Com a partidarização do mundo do trabalho, a ferramenta, não obstante se assumir como um adereço metonímico que lhe é evocativo, passa a ser explorada, simultaneamente, com um instrumento ao serviço da actividade do partido. Neste contexto de institucionalização, ela apresenta, essencialmente, duas utilidades, sendo que uma é dotada de uma carga positiva e a outra de um peso negativo. Numa perspectiva positiva, a ferramenta (bem como o trabalhador/militante que a maneja) é concebida com um recurso ao serviço da edificação do projecto político-partidário. Esta abordagem, que foi pouco explorada no discurso político partidário do pós 25 de Abril, apresenta alguma tradição quer no âmbito da propaganda da segunda guerra mundial (sobre o esforço de guerra), quer nalguma imagética existente nos países de ideologia marxista-leninista²⁶ (figura nº 10). É numa óptica negativa, todavia, que a ferramenta e o trabalhador que a maneja, são mais usualmente representados nos cartazes do pós 25 de Abril. No âmbito desta óptica, a ferramenta é refuncionalizada numa arma e os seus procedimentos técnicos de manipulação passam a ser regidos por normas específicas que já nada têm a ver com a sua utilização enquanto instrumento de trabalho. A especialização convencional subjacente à manipulação da ferramenta transforma-se numa técnica inerente à guerra partidária quando ela se transforma numa arma, ao mesmo tempo que o trabalhador, ao passar a ser encarado como um militante, assume-se, simultaneamente, como um miliciano partidário. Só assim se entende a comparação, alegadamente atribuída a Stalin, entre um partido e um Estado Maior, a classe operária e um exército: “a classe operária sem partido é como um exército sem estado maior”²⁷.

Aprofundemos mais detalhadamente os contornos desta



Fig.10
“Alle h’a’nde für den neu aufbau” – “Todas as mãos para a nova construção”: a representação da ferramenta como um recurso ao serviço de um projecto político.

STENGEL, Gerhard- *Alle h’a’nde für den neu aufbau*. RDA, 1945, in: AUSWAHL, Eine - *Politische plakate*. Berlim, Verlag für Agitations und Anschauungsmittel, 1979.

transformação do trabalhador em miliciano a partir da refuncionalização da ferramenta (e dos procedimentos que lhe estão associados). Se no âmbito da estrita esfera de produção a ferramenta se manifestava como um adereço metonímico quer do oficial (o metalúrgico, o agricultor, o pescador, o professor, o médico, etc.), quer do ofício, a sua refuncionalização político-institucional como arma de guerra, provoca uma transformação nos sentidos metonímicos que são evocados. A ferramenta-arma já não evoca o oficial, mas o ‘soldado-partidário’. Conforme a diversidade de ferramentas que existem, assim também são evocados diferentes tipos de soldados-partidários: os que fazem as guerras com ancinhos, os que lutam com martelos, os que manejam as foices, etc.. Por outro lado, a ferramenta-arma assume-se, adicionalmente, como um adereço metonímico de uma prática guerreira que não é mais do que o exercício de uma competência técnica ao serviço da luta partidária. Essa competência técnica pode ser estruturada em categorias pois é completamente distinto lutar com foices ou com martelos, tal como é diferente fazer a guerra na terra ou no mar. Significa tudo isto que a refuncionalização da ferramenta, como arma de guerra político-partidária, provoca uma alteração do estatuto do trabalhador que já não é considerado como um perito, com uma competência técnica no mundo do trabalho, mas como um soldado, possuindo uma competência marcial no mundo da guerra. O que é um operário-guerreiro partidário que possui uma competência técnica para manipular eficazmente uma arma (por exemplo, um martelo)? Somente um soldado que pertence a um determinado ramo de uma milícia partidária, tal como acontece na infantaria, na artilharia, na engenharia, etc. no âmbito do exército. Como se pode verificar, este deslocamento articula-se a partir de um eixo de referência que é estritamente militar, o que não é impeditivo que possa apresentar também uma dimensão

político-partidária.

Conclusão

Neste artigo pretendemos demonstrar como o espaço se assume como um parâmetro que contribui decisivamente para a emergência e consolidação de uma identidade político-partidária. Designando por ‘território político-partidário’ um espaço de actividade e de influência partidária, considerámos que ele não precisa, obrigatoriamente, de assumir uma dimensão geográfica e topológica. Esta posição conduziu-nos à necessidade de ponderar a existência de territórios político-partidários institucionalmente imaginados, espaços utópicos de intervenção política, transcendentais e incongruentes com aqueles que realmente existem no âmbito do campo político.

Não obstante reconhecermos o facto de a territorialidade político-partidária poder apresentar três dimensões distintas (fixa, semi-fixa e informal), restringimos a nossa reflexão à espacialidade fixa. Socorrendo-nos das mensagens veiculadas pelos cartazes partidários durante o período imediatamente posterior à revolução de Abril (1974-1975), descobrimos duas categorias simétricas de espacialidade, às quais designámos por ‘mundos partidários’: o mundo do trabalho e o da indigência. Cada um destes tipos de território político-partidário influi decisivamente na singularidade institucional dos partidos políticos então emergentes no espectro partidário. Se o ‘mundo da indigência’ contribui para um posicionamento político-partidário de natureza caritativa, providencialista, reactiva e tecnocrata, o mundo do trabalho está associado à afirmação de uma identidade tendencialmente pró-activa, intervencionista, relacionada com a implementação de uma determinada doutrina político-partidária. Centrando-nos no mundo do trabalho, por considerarmos que este foi o mais frequentemente explorado na afirmação das

identidades institucionais dos partidos recém emergentes no campo político, procurámos descrever alguns aspectos subjacentes ao seu processo de institucionalização. Sobre este assunto, concluímos que tal processo é caracterizado por uma dinâmica de transformação de algumas das suas particularidades mais relevantes. A temporalidade do mundo do trabalho transforma-se num tempo táctico, num ritmo associado ao regime de funcionamento do partido político e às suas estratégias de legitimação de uma vocação partidária; os actores sociais são convertidos em militantes ou milicianos partidários e a competência técnica que originalmente possuíam passa a ser exclusivamente canalizada no âmbito de uma *performance* de natureza político-partidária. Explorado como um arquétipo de referência, o ‘mundo do trabalho’ transfigura-se, então, numa simples forma vazia, num signo simplesmente evocativo de uma origem que, todavia, apresenta um papel fulcral na afirmação de uma singularidade político-partidária.

Notas

¹ - HALL, Edward T. – *A dimensão oculta*. Lisboa, Relógio d’Água, 1986, Col. Antropos.

“Proxémica”, in: BATESON, BIRDWHISTELL, GOFFMAN e outros – *La nueva comunicación*, 3^a Ed.. Barcelona, Editorial Kairós, 1990, p. 198-229.

LITTLEJOHN, Stephen - *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1988, p. 110-111.

² - HALL, Edward T. – *A dimensão oculta*, p. 19.

³ - *Idem*, p. 31-54.

⁴ - RICOEUR, Paul – *Ideologia e utopia*. Lisboa, Edições 70, 1991, Col. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, (18), p. 445-465.

⁵ - Para se perceber esta particularidade da transcendentalidade

e, sobretudo, da incongruência espacial, mais concretamente, urbanística e arquitectónica, recomendamos a leitura dos álbuns relativos às “Cidades Obscuras” da autoria dos belgas François Schuiten e Benoit Peters. Escreve João Ramalho, nas *Seleções da Banda Desenhada*, que “talvez parte do fascínio da obra resida no facto de relatar aventuras passadas num universo paralelo, um mundo parecido com o nosso (nos fins do século XIX, princípios do século XX, as referências exactas variam) mas sempre estranhamente desfasado. As possibilidades de interacção entre um fantástico familiar e uma realidade que não o é bem, têm contribuído para dar às Cidades Obscuras uma existência quase orgânica evoluindo muito para além de um simples conjunto de álbuns”. E, mais à frente, conclui a propósito do álbum “A Menina Inclinada”: “embora o simbolismo presente em *A Menina Inclinada* seja óbvio, a felicidade está onde, verdadeiramente não é possível estar: no estranho limbo, um universo de ideias entre os mundos “concretos” por onde deambulam todos os criadores e visionários”. Mas, é precisamente na contestação a uma política e a uma determinada concepção urbanística de cidade, que a série “Cidades Obscuras” adquire mais evidentemente a sua dimensão incongruente e contestatária. A este propósito, salientamos o álbum “Brüsel”, “despoletado por uma causa concreta, a destruição de muito do património de Bruxelas, para a criação de uma cidade muito mais “ordenada”, de acordo com uma certa ideia de “progresso” que os autores não se inibem de contestar”.

SANTOS, João Ramalho – “Um mundo de sombras : as Cidades Obscuras”, in: *Seleções da Banda Desenhada*. Lisboa, Meribérica/Liber, Maio de 2001, (31), p. 27-29.

⁶ - FUR - *FUR/ Por uma FRENTE de UNIDADE POPULAR / (programa político)*. S.l., FUR, 1975, Offset, 68x48cm. Câmara Municipal de Lisboa.

⁷ - UDP .. *é este grande movimento do nosso povo/UDP*. S.l., UDP,

s.d, Offset, 71x49cm. União Democrática Popular.

⁸ - HALL, Edward T.– *A dimensão oculta*, p. 121 e ss.

⁹ - É o próprio Hall que, a páginas tantas, estabelece essa correlação entre espaço e identidade, mais concretamente, entre espaço e personalidade: “as convenções, bem como o mal-estar experimentado pelos dirigentes das companhias quando os seus empregados não se encontram visualmente presentes, não basta para explicar porque é que há tão poucos homens de negócios que instalem os seus gabinetes de trabalho em casa. Observei a este propósito que há muitos homens que parecem ter duas personalidades, uma doméstica e outra no escritório. Em casos tais, a separação do lugar de habitação do lugar do trabalho permite evitar conflitos entre as duas personalidades, muitas vezes incompatíveis, e pode até contribuir para fixar cada uma delas numa forma idealizada, conforme à dupla imagem projectada pela arquitectura e a decoração.

Idem, p. 123.

¹⁰ - Esta concepção restrita de espaço fixo poderá estar relacionada com uma génese extrínseca dos próprios partidos, fenómeno não visível, todavia, no período pós-revolucionário. No âmbito de uma origem extrínseca dos partidos (isto é, daquela que não é decorrente do funcionamento democrático do campo político, que lhe determina uma especificidade sufragista e parlamentar), salientamos o papel de certas instituições como é o caso dos sindicatos (intimamente associados à emergência dos chamados partidos operários), das cooperativas agrícolas e dos agrupamentos profissionais camponeses. É natural, portanto, que, nestes casos, o território partidário apresente uma dimensão restrita, que está relacionada com o local de actividade e de influência de tais instituições sociais.

DUVERGER, Maurice – “A origem dos partidos”, in: CHARLOT, Jean - *Os partidos políticos*. Brasília, Editora da Universidade de

Brasília, 1982, Col. Pensamento Político, (47), p. 22- 29.

¹¹ - PCP - *O Partido dos trabalhadores e da resistência antifascista/ PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.L., PCP, 1974, Offset, 98x68cm. Partido Comunista Português.

¹² - BARTHES, Roland - “O pobre e o proletário”, in: *Mitologias*. Lisboa, Edições 70, 1988, Col. Signos (2), p. 34-35.

¹³ - *Idem*, p. 34.

¹⁴ - Este acaso encontra-se patente no filme “Os Tempos Modernos”, em que Charlot, convalescente e desempregado, ao correr pela rua com uma bandeira vermelha, atrás do camião de onde ela tinha caído, começa a liderar, sem se aperceber, uma manifestação - interessante caso de coincidência em que o espaço da vadiagem coincide (ao menos uma vez) com o da reivindicação e da luta política.

¹⁵ - EVERAERDT-DESMET, Nicole - *Semiótica da narrativa*. Coimbra, Livraria Almedina, 1984, p. 3.

Sobre este aspecto do acontecimento e da transformação que, inevitavelmente, estão associados ao discurso narrativo, consideramos que o escritor Somerset Maugham também é bastante explícito na caracterização da sua especificidade: subjacente a qualquer acontecimento existe sempre uma transformação que, necessariamente, terá de apresentar um princípio, um meio e um fim. Daí o facto de criticar alguma literatura que valoriza, sob a influência de um conhecimento imperfeito de Tchekhov, “histórias sem começo nem fim concludente”. E remata: “tais autores julgam ter desempenhado a sua tarefa quando descreveram uma disposição de ânimo, deram uma impressão ou delinearum um carácter. Tudo isso está muito bem, mas não é o que se chama uma história”. Na mesma ordem de ideias, Nicole Everaerd-Desmet, designa a estas situações de meras descrições. Pela nossa parte, e porque nos estamos a basear em matérias expressivas de natureza iconográfica,

remetendo para a representação de corpos humanos, designamo-las por ‘poses’.

MAUGHAM, Somerset – *A indomável*. Lisboa, Livros do Brasil, s.d, p. 7 e 8.

¹⁶ - BABO, Maria Augusta - “A naturalização da cultura. Uma representação arquitectónica do mundo. O «Portugal dos Pequenitos», in: *Vértice*. Lisboa, Editorial Caminho, Maio-Junho de 1997, (78), p. 89-93.

¹⁷ - *Idem*, p. 91.

¹⁸ - Esta dimensão política e partidária do trabalho encontra-se claramente presente logo no primeiro parágrafo do texto deste cartaz:

“A realização da reforma agrária e duma política agrária que defenda os interesses da população laboriosa dos campos é um objectivo central da revolução democrática nacional” (o sublinhado é nosso).

PCP - *A REFORMA AGRÁRIA QUE O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS PRECONIZA*. S.l., PCP, 1974-1975, Offset, 45x62cm. Centro de Documentação 25 de Abril.

¹⁹ - PPD - *REFORMA AGRÁRIA - EXPRESSÃO DA VONTADE DE TODO O POVO E NÃO PRODUTO DAS MANIPULAÇÕES DE QUALQUER PARTIDO/ PPD*. S.l., PPD, [1975], Offset, 30x22cm. Câmara Municipal de Lisboa.

²⁰ - O PPD considera que a situação da agricultura portuguesa obriga a adoptar, imediatamente, uma profunda e irreversível REFORMA AGRÁRIA. Mas essa reforma tem de resultar da colaboração de todos os interessados – tem de ser a expressão da vontade de todo o povo e não o produto das manipulações de qualquer Partido. Para isso torna-se necessário: (...).

Os sublinhados, da nossa autoria, têm por função salientar a dimensão prescritiva, deontológica do discurso que, na nossa opinião, é indiciática deste fenómeno de mediação político-

partidária das esferas da produção e do consumo.

PPD - *Idem*.

²¹ - WEBER, Max – “A política como vocação” in: GERTH, H. e MILLS, Wright G. (Org.) – *Ensaio de sociologia*, 4ª Ed.. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, Col. Biblioteca de Ciências Sociais, p. 106 e ss.

²² - A constatação desta exclusão foi realizada a partir de uma análise estritamente iconográfica. A figuração da criança, do jovem e, em menor escala, da mãe de família, tende a surgir numa classe de cartazes partidários: os de anúncios de iniciativas partidárias, mas de carácter assumidamente festivo ou recreativo – festas, piqueniques, encontros, concertos, etc.. Tal figuração contrasta com a representação dos protagonistas das iniciativas assumidamente políticas: operários, camponeses, pescadores, etc..

²³ - No conceito de comunidade política inspirámo-nos nas concepções de Ferdinand Tönnies. Sendo assim, esta comunidade deveria ser encarada como um agrupamento político que se mantém sob a base de uma concepção de estilo de vida político-partidário *sui generis* (apesar das diferenças individuais), por intermédio de uma estrita relação de militância (quase que de filiação, na perspectiva etimológica do termo ‘*filiatione*’: designação dos pais de alguém; descendência de pais para filhos; origem, descendência) Nesta comunidade, existe uma forte consciência de conjunto, possibilitando a distinção entre um ‘nós’ e um ‘outro’ político-partidário que se alicerça sob a forma de uma actividade e de uma propriedade comum (em termos de ocupação de território fixo ou virtual), para além de apresentar uma ordenação específica das relações de autoridade.

“Comunidade”, in: KÖNIG, René – *Sociologia*. Lisboa, Editora Meridiano, 1971, Col. Enciclopédia Meridiano Fischer, Vol. 11, p. 94-100.

²⁴ - PCP – *QUEM TEM MEDO DO COMUNISMO?*. Lisboa, PCP,

s.d., Offset, 68x48cm. Biblioteca Nacional de Lisboa.

²⁵ - UDP - *O POVO LUTA POR DEMOCRACIA POPULAR*. S.l., PPD, 1975, 87x62cm. Centro de Documentação 25 de Abril.

²⁶ - A este propósito cf. também, CLARK, Toby - *Art and propaganda*. Londres, Calmann and King, 1997, Col. Everyman Art Library.

AUSWAHL, Eine - *Politische plakate*. Berlim, Verlag für Agitations und Anschauungsmittel.

²⁷ - [UDP] - *A CLASSE OPERÁRIA SEM PARTIDO É COMO UM EXÉRCITO SEM ESTADO MAIOR*. S.l., [UDP], 1974-1975, Offset, 66x54cm. União Democrática Popular.

Bibliografia

AUSWAHL, Eine - *Politische plakate*. Berlim, Verlag für Agitations und Anschauungsmittel, 1979.

BABO, Maria Augusta - “A naturalização da cultura. Uma representação arquitectónica do mundo. O «Portugal dos Pequenitos», in: *Vértice*. Lisboa, Editorial Caminho, Maio-Junho de 1997, (78), p. 89-93.

BARTHES, Roland - *Mitologias*. Lisboa, Edições 70, 1988, Col. Signos (2).

BATESON, BIRDWHISTELL, GOFFMAN e outros – *La nueva comunicación*, 3ª Ed.. Barcelona, Editorial Kairós, 1990.

CLARK, Toby - *Art and propaganda*. Londres, Calmann and King, 1997, Col. Everyman Art Library.

DUVERGER, Maurice – “A origem dos partidos”, in: CHARLOT, Jean - *Os partidos políticos*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982, Col. Pensamento Político, (47), p. 22- 29.

EVERAERDT-DESMET, Nicole - *Semiótica da narrativa*. Coimbra, Livraria Almedina, 1984.

KÖNIG, René – *Sociologia*. Lisboa, Editora Meridiano, 1971, Col.

Enciclopédia Meridiano Fischer, Vol. 11.

LITTLEJOHN, Stephen - *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1988.

MAUGHAM, Somerset – *A indomável*. Lisboa, Livros do Brasil, s.d, p. 7 e 8.

Nova Bíblia dos Capuchinhos. Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica, 1998.

RICOEUR, Paul – *Ideologia e utopia*. Lisboa, Edições 70, 1991, Col. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, (18).

SANTOS, João Ramalho – “Um mundo de sombras: as Cidades Obscuras”, in: *Seleções da Banda Desenhada*. Lisboa, Meribérica/Liber; Maio de 2001, (31), p. 27-29.

WEBER, Max – “A política como vocação” in: GERTH, H. e MILLS, Wright G. (Org.) – *Ensaio de sociologia*, 4ª Ed.. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, Col. Biblioteca de Ciências Sociais, p. 106 e ss.

Iconografia

CARP (ML) - *NÃO aos despedimentos/ O NOSSO LUGAR É LÁ DENTRO*. S.l., CARP (ML), 1975, 30x21cm.

CDS - *QUEREMOS RESPONDER/ CDS/ (deficiente)*. S.l., CDS, 1975, Offset, 98x67cm.

CDS - *QUEREMOS RESPONDER/ CDS/ (mendiga)*. S.l., CDS, 1975, Offset, 98x67cm.

FUR - *FUR/ Por uma FRENTE de UNIDADE POPULAR / (programa político)*. S.l., FUR, 1975, Offset, 68x48cm.

LCI – *1º Maio/ CONTRA O CAPITAL / GOVERNO DOS TRABALHADORES/ LCI*. S.l., LCI, 1975, Serigrafia, 35x34cm.

MRPP - *VIVAM OS ÓRGÃOS DA VONTADE POPULAR/ MRPP*. S.l., MRPP, 1975, Offset, 85x61cm.

MRPP - *COMICIO/SETUBAL/ MRPP*. S.l., MRPP, 1975, Offset, 68x49cm.

MRPP - ... *O TEMPO É DE GUERRA MAS O HORIZONTE É VERMELHO/ MRPP*. S.l., MRPP, 1974-1975, Offset, 48x68cm.

PCP - *O Partido dos trabalhadores e da resistência antifascista/ PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.L., PCP, 1974, Offset, 98x68cm.

PCP - *1º COMÍCIO EM MATOSINHOS/ PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.l., PCP, 1974, Offset, 47x33cm.

PCP - *PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS/ COMÍCIO/ TORRES VEDRAS*. S.l., PCP, 1975, Offset, 50x70cm.

PCP - *COMÍCIO em MOSCAVIDE/ PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.l., PCP, 1975, Offset, 65x46cm.

PCP/GAGEIRO, Eduardo - *COMÍCIO EM SACAIVÉM COM ÁLVARO CUNHAL/ PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.l., PCP, 1975, Offset, 47x33cm.

PCP - *A REFORMA AGRÁRIA QUE O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS PRECONIZA*. S.l., PCP, 1974-1975, Offset, 45x62cm.

PCP - *QUEM TEM MEDO DO COMUNISMO?*. Lisboa, PCP, s.d., Offset, 68x48cm.

PCP - *COMÍCIO EM OLHÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS*. S.l. PCP, s.d., Offset.

PG - *O EVANGELHO TEM RESPOSTA/ (TOXICODEPENDENTE)*. S.l., PG, 1995, Offset.

PG - *O EVANGELHO TEM RESPOSTA/(CONTENTORES DE LIXO)*. S.l., PG, 1995, Offset.

PPD - *PORTUGUÊS! TRABALHADOR!/ PPD*. S.l., PPD, [1975], Offset, 30x22cm.

PPD - *REFORMA AGRÁRIA - EXPRESSÃO DA VONTADE DE TODO O POVO E NÃO PRODUTO DAS MANIPULAÇÕES DE QUALQUER PARTIDO/ PPD*. S.l., PPD, [1975], Offset, 30x22cm.

STENGEL, Gerhard- *Alleh'a'nde für den neu aufbau*. RDA, 1945.

UDP - *O POVO LUTA POR DEMOCRACIA POPULAR*. S.l., PPD,

1975, 87x62cm.

UDP .. é este grande movimento do nosso povo/UDP. S.l., UDP, s.d, Offset, 71x49cm.

UDP - *NÃO AOS DESPEDITOS/ UDP*. S.l., UDP, [1975], Offset, 40x29cm.

[UDP] - *A CLASSE OPERÁRIA SEM PARTIDO É COMO UM EXÉRCITO SEM ESTADO MAIOR*. S.l., [UDP], 1974-1975, Offset, 66x54cm.